

CONTAS DO EXERCÍCIO

{BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31.12.2014}

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		2014	VARIAÇÃO	2013
ACTIVO				
Activo não corrente		102.975.401,62	-1,3%	104.349.291,86
Activos fixos tangíveis	6,1	36.559.140,53	-2,1%	37.342.658,66
Bens do património histórico e cultural	6,2	6.965.310,32	0,1%	6.961.185,48
Propriedades de investimento		3.355.846,19	-2,9%	3.457.185,47
Activos intangíveis	6,3	72.934,26	136,2%	30.878,06
Investimentos financeiros	15	56.022.170,32	-0,9%	56.557.384,19
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros				
Outros				
Activo Corrente		2.158.436,82	-33,3%	3.234.491,45
Inventários	9	66.189,10	18,9%	55.650,88
Clientes		311.036,06	-48,2%	600.048,87
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros entes públicos		36.470,27		6.714,02
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros				
Outras contas a receber		1.454.581,90	-38,4%	2.360.263,38
Diferimentos		45.620,28	-19,7%	56.789,59
Outros activos financeiros				
Caixa e depósitos bancários		244.539,21	57,7%	155.024,71
Outros				
Total do Activo		105.133.838,44	-2,3%	107.583.783,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		101.871.094,86	2,5%	99.351.142,82
Fundos patrimoniais				
Fundos		60.000.000,00	0,0%	60.000.000,00
Excedentes técnicos				
Reservas		624.759,78	0,0%	624.759,78
Resultados transitados		17.014.822,18	2,3%	16.625.404,51
Ajustamentos em activos financeiros		4.323.536,33		4.364.479,52
Excedentes de revalorização		3.334.511,98	0,0%	3.334.511,98
Outras variações nos fundos patrimoniais		16.573.464,59	15,1%	14.401.987,03
Resultado líquido do período		599.689,13	25,3%	478.598,20
Total do Fundo de capital		102.470.783,99	2,6%	99.829.741,02

{BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31.12.2014}

continuação

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		2014	VARIAÇÃO	2013
PASSIVO				
Passivo não corrente		958.437,79	-83,8%	5.903.816,71
Provisões	11	958.437,79	-73,8%	3.655.612,40
Provisões específicas				
Financiamentos Obtidos	7			
Outras contas a pagar				2.248.204,31
Outros				
Passivo corrente		1.704.616,66	-8,1%	1.854.125,58
Fornecedores		316.143,51	-23,0%	410.334,84
Adiantamentos de clientes			-100%	26.927,18
Estado e outros entes públicos		306.866,84	120,1%	139.400,21
Accionistas / Sócios				
Investimentos financeiros				
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros				
Financiamentos obtidos		22.777,61	6891,1%	325,81
Diferimentos	8	245.897,11	-26,9%	336.290,62
Outras contas a pagar		812.931,59	-13,6%	940.846,92
Outros passivos financeiros				
Outros				
Total do Passivo		2.663.054,45	-65,7%	7.757.942,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		105.133.838,44	-2,3%	107.587.683,31

{DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA}

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e Prestações de Serviços		5.473.465,08	5.112.487,94
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centros Distritais	12	3.469.593,24	3.539.514,85
Outros		374.305,58	429.071,64
Variação nos inventários da produção		66.886,27	49.046,8
Trabalhos para a própria Entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-819.630,63	-815.685,75
Fornecimentos e serviços externos		-2.785.138,67	-2.203.705,29
Gastos com o pessoal	16	-7.178.396,60	-6.577.840,23
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			257.097,06
Provisões específicas (aumentos/reduções)			0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		-4.316,73	22.286,61
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18.2	4.127.013,56	2.300.930,51
Outros gastos e perdas		-828.991,30	-479.248,16
Resultado antes de depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		1.894.789,80	1.633.955,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.126.557,44	-1.153.874,09
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		768.232,36	480.081,89
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-168.543,23	-1.483,69
Resultado antes de impostos		599.689,13	478.598,20
Imposto sobre o rendimento do período	14		0,00
Resultado líquido do período		599.689,13	478.598,20

{DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2013}

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS (FP) ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE - MÃE								Interesses minoritários	Total dos FP	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos FP	Resultado líquido período			Total
Posição no início do período 2013 6		60.000.000,00		624.759,78	19.265.062,34	4.384.431,59	3.334.511,98	14.441.070,82	1.015.954,57	103.065.791,08		103.065.791,08
Alterações no período												
1.ª adopção do novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de Revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-2.639.657,83	-19.952,07	0,00	-39.083,79	-1.015.954,57			
7					-2.639.657,83	-19.952,07	0,00	-39.083,79	-1.015.954,57			
Resultado líquido do período 8									-478.598,2			
Resultado Extensivo 9=7+8					-2.639.657,83	-19.952,07	0,00		-1.494.552,77			
Operações com Instituidores no período												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10												
Posição no fim do período 2013 6+7+8+10		60.000.000,00	0,00	624.759,78	16.625.404,51	4.364.479,52	3.334.511,98	14.401.987,03	478.598,20	99.829.741,02		99.829.741,02

{DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2014}

continuação

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS (FP) ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE - MÃE								Interesses minoritários	Total dos FP	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos FP	Resultado líquido período			Total
Posição no início do período 2014	6	60.000.000,00		624.759,78	16.625.404,51	4.364.479,52	3.334.511,98	14.401.987,03	478.598,20	99.829.741,02		99.829.741,02
Alterações no período												
1.ª adopção do novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de Revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					389.417,67	-40.943,19	0,00	2.171.477,56	-478.598,20			
7					389.417,67	-40.943,19	0,00	2.171.477,56	0,00			
Resultado líquido do período	8								599.689,13			
Resultado Extensivo	9=7+8				389.417,67	-40.943,19	0,00		599.689,13			
Operações com Instituidores no período												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10												
Posição no fim do período 2014	6+7+8+10	60.000.000,00	0,00	624.759,78	17.014.822,18	4.323.536,33	3.334.511,98	16.573.464,59	599.689,13	102.470.783,99		102.470.783,99

{DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA}

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		5.727.881,99	5.239.819,98
Pagamentos de subsídios			0,00
Pagamento de apoios		4.944,00	2.086,87
Pagamento de bolsas		117.457,73	74.197,52
Pagamentos a fornecedores		3.214.953,98	2.595.064,45
Pagamentos ao pessoal		7.093.777,13	7.135.045,02
Caixa gerada pelas operações		-4.703.250,85	-4.566.573,88
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		92.960,40	3.646.800,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-4.610.290,45	-919.773,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		513.373,02	359.996,12
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		50.015.128,72	26.241.486,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4.347,50	155.364,23
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		57.405.190,20	25.250.000,00
Outros activos			0,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		229,24	1.995.307,81
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		6.881.265,20	799.189,92
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		2.200.000,00	9.402,27
Juros e gastos similares			1.483,67
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-2.200.000,00	-10.885,94
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		70.974,75	-131.469,23
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		150.786,85	282.256,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		221.761,60	150.786,95

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

NOTA 1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 | DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

Fundação Bissaya Barreto abreviadamente conhecida por (“FBB”).

A Fundação Bissaya Barreto foi criada em 1958 e oficialmente reconhecida por despacho ministerial publicado no Diário do Governo n.º 236, III Série, de 26-11-58. Encontra-se registada como Instituição Particular de Solidariedade Social, a título definitivo na Direcção-Geral da Segurança Social, por despacho de 13 de Julho de 1984, no livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 38/84, tendo adquirido automaticamente a natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, em conformidade com o disposto no artigo 8.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro.

A FBB é ainda associada do Centro Português de Fundações e da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

1.2 | SEDE

Quinta dos Plátanos
Bencanta, Apartado 7049
3046-901 Coimbra

1.3 | NATUREZA DA ACTIVIDADE

A FBB é uma Fundação de Solidariedade Social e de Utilidade Pública, criada por iniciativa do Professor Doutor Bissaya Barreto, através de um grupo de admiradores, destinada a dar continuidade à obra por este criada e mantida durante mais de meio século e

que se traduziu em inestimáveis serviços prestados à sociedade nas áreas social, cultural, ensino, apoio e valorização cívica em geral.

Tem como objectivo contribuir para a promoção da população da região centro do País, através do propósito de dar expressão organizada ao dever de solidariedade social e de justiça social, podendo, todavia, por decisão do Conselho de Administração, estender a sua acção a outras localidades do País.

Para atingir este objectivo a FBB consagra estatutariamente a promoção e realização de actividades nas seguintes áreas:

- a) Solidariedade Social
- b) Educação
- c) Saúde
- d) Cultura
- e) Formação Profissional
- f) Outras que se venham a revelar necessárias ou possíveis desde que respeitem o Espírito e a Obra do Fundador.

1.4 | DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE / NIPC

Fundação Bissaya Barreto / 500 833 443

1.5 | SEDE DA EMPRESA-MÃE

Não aplicável

NOTA 2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras anexas, foram elaboradas de acordo o Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Decreto anteriormente referido que foi regulamentado pela Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março, que aprova o código de contas aplicável às ESNL, Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março que aprova os modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis e o anexo n.º 10 da Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro, que estabelece a compilação das divulgações exigidas para o anexo às Demonstrações Financeiras, com as devidas adaptações consagradas na Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março.

Os normativos acima indicados merecem as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da FBB.

Sempre que a NCRF-ESNL não respondam a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC/IFRIC.

2.2 | INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO (ESNL) QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADOS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ACTIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições das NCRF-ESNL. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e seu reconhecimento que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e actividades correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunção das mesmas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais aos valores dos activos e passivos.

2.3 | INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

2.3.1 | BALANÇO

Fundos Patrimoniais

A variação registada nos Resultados Transitados está relacionada com a provisão constituída para efeitos de reembolso a efectuar no âmbito do Acordo de Gestão da Colónia de Férias da Torreira relativo ao perí-

odo de 2007 a 2012, no valor de 619.711,94€, sendo o valor remanescente relativo à regularização do resultado da venda de aplicações financeiras referentes a exercícios anteriores. Desta forma, foi considerado mais adequado reflectir os referidos valores na conta de Resultados Transitados.

OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Esta conta registou em 2014 uma variação no valor de 2.207.231,80€, que se refere à conversão de créditos que de acordo com os termos contratuais foram convertidos em Doações.

PASSIVO NÃO CORRENTE – PROVISÕES

A variação dos valores registados nesta conta à data de 31.12.2014, comparativamente com os montantes do ano anterior, resulta fundamentalmente dos seguintes movimentos:

- . Constituição de uma provisão, no valor de 338.725,85€ relativo ao custo das indemnizações a pagar ao pessoal em resultado do encerramento futuro do Instituto Superior Bissaya Barreto.
- . Utilização do valor de 3.655.612,40€ relativo ao montante entregue à Segurança Social no âmbito do Acordo de Gestão da Colónia de Férias da Torreira.
- . Constituição de uma provisão no montante de 619.711,94€, relativos a valores a reembolsar à Segurança Social, no âmbito do Acordo de Gestão da Colónia de Férias da Torreira.

2.3.2 | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As variações mais relevantes na Demonstração de Resultados, sem comparabilidade com o ano anterior, são as que a seguir se indicam:

NOTA 3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 | BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da FBB, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 | OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e são registados nas rubricas de diferimentos.

3.3 | PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.4 | PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e actividades em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

3.5 | BASE DE MENSURAÇÃO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Este tipo de Activos, encontram-se registados pelo seu valor de aquisição.

3.6 | BASE DE MENSURAÇÃO DOS BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Em relação a esta rubrica de Activos, os valores registados nas peças financeiras resultam de uma revalorização efectuada no ano de 2010.

3.7 | BASE DE MENSURAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nas Participações de Capital foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial para as Empresas Grande Hotel do Luso, S.A. e Empresorg-SGPS, Lda. Em todas as outras Participações de Capital foi aplicado o Método do Custo.

NOTA 4 | FLUXOS DE CAIXA

As variações verificadas no exercício findo a 31.12.2014, relacionadas com fluxos de tesouraria, ascenderam a um montante de 221.761,60€.

NOTA 5 | POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31.12.2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

NOTA 6 | ACTIVOS

6.1 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício de 2014 a taxa de depreciação aplicada às obras de reparação e conservação em edifícios já existentes passou a ser depreciado a uma taxa de 5%.

(EUROS)

2014	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Administ.	Outros act. Fixos tangíveis	Total
ACTIVO BRUTO							
Saldo inicial	11.162.693,58	36.634.296,32	2.670.316,15	626.073,03	2.142.067,19	7.146.316,29	60.381.762,56
Aquisições	69,76	555.768,52	17.109,60	28.371,85	25.400,99	224,84	626.945,56
Alienações, sinistros e abates	2.388,63	179.978,25		3.491,59	1.432,70	0,00	187.291,17
Transferências							0,00
SALDO FINAL	11.160.374,71	37.010.086,59	2.687.425,75	650.953,29	2.166.035,48	7.146.541,13	60.821.416,95
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS							
Saldo inicial		11.057.448,47	2.563.298,49	588.733,93	2.053.817,92	251.549,87	16.514.848,68
Depreciações do exercício		892.533,95	42.889,15	21.064,41	50.456,56	4.073,78	1.011.017,85
Alienações, sinistros e abates		35.825,85		3.491,59			39.317,44
SALDO FINAL		11.914.156,57	2.606.187,64	606.306,75	2.104.274,48	255.623,65	17.486.549,09
ACTIVO LÍQUIDO	11.160.374,71	25.095.930,02	81.238,11	44.646,54	61.761,00	6.890.917,48	43.334.867,86

2013	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Administ.	Outros act. Fixos tangíveis	Total
ACTIVO BRUTO							
Saldo inicial	11.162.693,58	36.458.170,07	2.624.193,98	611.229,93	2.090.321,74	7.142.416,29	60.089.025,59
Aquisições		176.126,25	46.122,17	14.843,10	51.745,45	3.900,00	292.736,97
Alienações, sinistros e abates							0,00
Transferências							0,00
SALDO FINAL	11.162.693,58	36.634.296,32	2.670.316,15	626.073,03	2.142.067,19	7.146.316,29	60.381.762,56
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS							
Saldo inicial		10.136.064,58	2.514.082,83	565.844,52	2.002.160,10	243.969,93	15.462.121,96
Depreciações do exercício		921.383,89	49.215,66	22.889,41	51.657,82	7.579,94	1.052.726,72
Alienações, sinistros e abates							
SALDO FINAL		11.057.448,47	2.563.298,49	588.733,93	2.053.817,92	251.549,87	16.514.848,68
ACTIVO LÍQUIDO	11.162.693,58	25.576.847,85	107.017,66	37.339,10	88.249,27	6.894.766,42	43.866.913,88

6.2 – BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

2014	Bens de Património histórico e artístico
Saldo inicial	6.965.085,48
Aquisições	224,84
Alienações, sinistros e abates	
Transferências	
Saldo final	6.965.310,32

6.3 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31.12.2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi a seguinte:

MÉTODOS DE DEPRECIÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIÇÃO APLICADAS NOS ACTIVOS INTANGÍVEIS

	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros activos intangíveis
FINITAS				
Vidas úteis			3 anos	5 ANOS
Taxas de depreciação			33,33%	20%
Métodos de depreciação			Quotas constantes	Quotas constantes

2013	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	Total
ACTIVO BRUTO					
Saldo inicial			45.694,57	20.519,90	66.214,47
Aquisições			2.994,85		2.994,85
Transferências					
Regularizações					
SALDO FINAL	0.00	0.00	48.689,42	20.519,90	69.209,32
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo inicial			8.072,39	18.555,37	26.627,76
Depreciações do exercício			10.464,62	1.238,88	11.703,50
Regularizações					0.00
SALDO FINAL	0.00	0.00	18.537,01	19.794,25	38.331,26
ACTIVO LÍQUIDO	0.00	0.00	30.152,41	725,65	30.878,06

2014	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	Total
ACTIVO BRUTO					
Saldo inicial			48.689,42	20.519,90	69.209,32
Aquisições			4.104,51	52.152,00	56.256,51
Transferências					0.00
Regularizações					
SALDO FINAL	0.00	0.00	52.793,93	72.671,90	125.465,83
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo inicial			18.537,01	19.794,25	38.331,26
Depreciações do exercício			12.614,46	1.585,85	14.200,31
Regularizações					0.00
SALDO FINAL	0.00	0.00	31.151,47	21.380,10	52.531,57
ACTIVO LÍQUIDO	0.00	0.00	21.642,46	51.291,80	72.934,26

NOTA 7 | LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

7.1 | LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2014 não ocorreu qualquer operação relativa a Locações Financeiras.

7.2 | LOCAÇÕES OPERACIONAIS

A FBB não tem acordos de valores significativos no que respeita a locações operacionais.

NOTA 8 | CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não existem quaisquer empréstimos obtidos registados à data de 31.12.2014. O saldo registado nessa conta, no valor de 22.777,61€, resulta de compromissos já registados contabilisticamente, mas que ainda não foram deduzidos na conta corrente do banco.

NOTA 9 | INVENTÁRIOS

O mapa de inventários reflecte o sistema de controlo de stocks implementado na Loja do Portugal dos Pequenitos e nos Géneros Alimentares adquiridos para a confecção das refeições dos Estabelecimentos e Serviços da FBB.

Os inventários à data de 31.12.2014 ascendem aos seguintes valores:

	Loja Portugal dos Pequenitos	Géneros Alimentares	Outros
Existência inicial	50.786,77	0.00	4.608,00
Compras Inventários	116.256,52	566.163,29	2.461,48
Regularizações Inventários	0.00	0.00	0.00
CMVMC	125.768,58	548.318,38	0.00
Inventário Final	41.274,71	17.844,91	7.069,48

NOTA 10 | RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- . Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- . A FBB não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- . É provável que os benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- . Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente de prestação de serviços e outros réditos são reconhecidos líquidos de impostos, pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- . É provável que os benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;

O rédito proveniente de juros, são reconhecidos líquidos de impostos pelo justo valor do montante a receber, desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- . É provável que os benefícios económicos futuros associados aos juros a receber fluam para a entidade;

O rédito proveniente de dividendos, são reconhecidos líquidos de impostos pelo justo valor do montante a receber, desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- . O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - . É provável que os benefícios económicos futuros associados aos dividendos a receber fluam para a entidade;
-

NOTA 11 | PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES	31-Dez-14	31-Dez-13
Saldo a 1 de Janeiro	3.655.612,40	442.314,61
Reversão de provisões		257.097,06
Aumento de provisões	958.437,79	3.655.612,40
Utilização de provisões	3.655.612,40	185.217,55
Transferências entre contas		0.00
Saldo a 31 de Dezembro	958.437,79	3.655.612,40

São reconhecidas provisões apenas quando a FBB tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, em que é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

NOTA 12 | SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Em 31.12.2014 e em 2013, a informação relativa aos subsídios obtidos do Governo, é a seguinte:

QUANTIAS DOS SUBSÍDIOS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E NO BALANÇO

Entidades	31.12.2014				31.12.2013			
	Demonstração de resultados		Balanço		Demonstração de resultados		Balanço	
	Reconhecidas com subsídios à exploração	Imputados em outros rend. ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais	Reconhecidas passivo como rendimentos a reconhecer	Reconhecidas com subsídios à exploração	Imputados em outros rend. ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais	Reconhecidas passivo como rendimentos a reconhecer
Instituto								
Segurança Social, IP	3.469.593,24				3.539.514,85			
POPH	343.097,61				368.501,10			
IEFP	16.409,23				47.580,97			
Ministério da Educação	1.136,81	1.147,20		1.147,20	6.671,00	1.147,20		1.147,20
Agência Nacional Proalv	2.556,45				2.545,89			
PIDDAC		6.195,12		6.195,12		6.195,12		6.195,12
PILLAR		16.008,12		16.008,12		16.008,12		16.008,12
FEDER		2.672,04		2.672,04		2.672,04		2.672,04
MTSS e SEJD								
PMELINK		9.662,76		9.662,76		16.961,31		16.961,31
TOTAL	3.832.793,34	35.685,24	0.00	35.685,24	3.964.813,81	42.983,79	0.00	42.983,79

No Exercício findo em 31.12.2014, os subsídios ao investimento e exploração recebidos e por executar são os seguintes:

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

	MEDIDA DE INCENTIVO		
	Medida de incentivo	Objecto do incentivo	Valores a reconhecer
Não reembolsáveis			
Subsídios relacionados com activos			
Centro Geriátrico Luís Viegas Nascimento	PILLAR	Reconstrução edifício - Lar de idosos	592.204,84
Casa da Mãe	PIDAC	Reconstrução edifício - Centro de acolhimento de mulheres e jovens	133.345,58
Casa do Pai	PIDAC	Reconstrução edifício - Centro de Acolhimento Temporário	83.391,35
Casa da Criança Maria Leonor Anjos Dinis	FEDER	Construção Edifício - Educação Pré-escolar	40.249,18
Casa da Criança Maria Rita Patrocínio Costa	FEDER	Construção Edifício - Educação Pré-escolar	66.784,40
Casa da Criança Rainha Santa Isabel	FEDER	Construção Edifício - Educação Pré-escolar	32.865,30
Painéis Solares	Programa Solar Termico (IPSS)	Instalação painéis solares- Lar de idosos	28.238,36
TOTAL			977.079,01

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

NOTA 13 | EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável

NOTA 14 | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Conforme publicado no DR – II série, de 20.07.1989, foi reconhecida à FBB, a isenção de IRC, por despacho de 23.05.1989, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

- . Categoria C – rendimentos directamente derivados das actividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- . Categoria E – rendimentos de capitais, com excepção de quaisquer títulos, ao portador, não registados ou depositados nos termos da legislação respectiva;
- . Categoria F - rendimentos prediais;
- . Categoria G – ganhos de mais-valias.

Em consequência do anteriormente referido, a FBB apenas está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável, nos rendimentos provenientes da Categoria D – rendimentos agrícolas e silvícolas.

NOTA 15 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A FBB gere o seu capital por forma a assegurar o desenvolvimento das suas actividades numa óptica de continuidade. Neste contexto, a FBB analisa periodicamente a sua estrutura de fundo patrimonial e capital alheio aplicando os excedentes, em face das acções programadas e a desenvolver em cada período.

Para o efeito detém participações financeiras em várias entidades, e outros investimentos conforme a seguir se descreve:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Participações em empresas do grupo e subsidiárias

	31.12.2014		31.12.2013	
	% de Participação	Valor	% de Participação	Valor
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (Empresas do grupo e subsidiárias)				
Grande Hotel de Luso, S.A.	100%	6.909.306,75	100%	7.070.069,06
Empresorg - SGPS, LDA	100%	444.570,68	100%	462.616,15
Total		7.353.877,43		7.532.685,21

PARTICIPAÇÕES - OUTRAS

	31.12.2012	31.12.2011
	Valor	Valor
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Outras		
Invesvita	0.00	74.819,68
Assoc Tecnopolo	9.975,96	9.975,96
Montepio - Fundos de Participação	90.332,00	90.332,00
Portugália	691.335,23	691.335,23
Outras com participação reduzida	270.413,95	271.376,63
Subtotal	1.062.057,14	1.137.839,50
Imparidades	-242.271,00	-294.669,35
Total	819.786,14	843.170,15

OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos detidos em 31.12.2014 e em 2013 são detalhados, conforme se segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Outros investimentos financeiros		
Obrigações	29.867.863,73	30.501.104,48
Outras aplicações financeiras (Dep a Prazo)	11.905.469,06	13.805.250,39
Total	41.773.332,79	44.306.354,87

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os empréstimos concedidos em 31.12.2014 e em 2013 são detalhados, conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
	Valor	Valor
Empréstimos concedidos		
Portugália, SGPS	585.642,75	585.642,75
Empresorg - SGPS, Lda	4.371.307,02	4.371.307,02
Imoseagle	38.118,00	38.118,00
Subtotal	4.995.067,77	4.995.067,77
Imparidades	-1.119.893,81	
Total	3.875.173,96	4.995.067,77

PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

As prestações suplementares efectuadas em 31.12.2014 e em 2013 são detalhados, conforme se segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Prestações Suplementares		
Grande Hotel de Luso, SA	2.200.000,00	0.00
Total	2.200.000,00	0.00

NOTA 16 | BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1 | NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS DURANTE O ANO

Durante o ano de 2014, o número médio de empregados ao serviço dos vários estabelecimentos e serviços da FBB ascendeu a 352 empregados.

GASTOS COM PESSOAL	31.12.2014	31.12.2013
Remunerações certas	5.380.466,26	5.281.893,98
Remunerações adicionais	54.791,32	53.214,87
Encargos sobre remunerações	1.181.343,01	1.114.417,69
Outros gastos com pessoal	561.796,01	128.313,69
Total	7.178.396,60	6.577.840,23

NOTA 17 | DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável

NOTA 18 | OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 | NÚMERO MÉDIO DE UTENTES / CLIENTES QUE BENEFICIAM DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS DA FBB:

Estabelecimentos e Serviços	N.º médio de Utentes 2014	N.º médio de Utentes 2013
Casa da Criança Maria Granado	220	220
Casa da Criança Joaquina Barreto Rosa	86	83
Casa da Criança Rainha Santa Isabel	68	67
Casa da Criança Maria Rita Patrocínio Costa	62	62
Casa da Criança Maria do Resgate Salazar	46	50
Casa da Criança São Julião	109	105
Casa da Criança Maria Leonor dos Anjos Diniz	48	46
Centro Geriátrico Luís Viegas Nascimento	78	77
Colégio Bissaya Barreto	275	259
CBB – Cursos Profissionais	62	61
Serviço Domiciliário Bissaya Barreto	84	75
Casa do Pai	11	12
Colónia de Férias da Torreira (1)	2155	2355
Instituto Superior Bissaya Barreto	170	247
Serviço de Formação (1)	282	655
Centro de eventos Bissaya Barreto	45	
Casa Museu Bissaya Barreto (1)	1002	1461
Portugal dos Pequenitos	19.042	17.733
Unidade de Gestão Imobiliária	40	43

(1) - O número apresentado corresponde ao total de utentes no ano.

18.2 | OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

É de salientar, que na demonstração de resultados por natureza, a conta outros rendimentos e ganhos apresenta em 2014 um rendimento de 4.127.013,56€, sendo que deste valor, 3.695.231,98€ resultam de juros obtidos das aplicações financeiras da Fundação Bissaya Barreto.



A Técnica Oficial de Contas
Dr.^a Dina Oliveira
TOC 35983

O Conselho de Administração

Presidente:



(Dr.^a Patrícia Namorado da Costa Viegas Nascimento)

Vogal:



(Prof. Doutor António Abel Meliço Silvestre)

Vogal:



(Dr. Ivo Alexandre Medina Pimentel Ribeiro)

Vogal:



(Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins)

Vogal:



(Dr.^a Maria Lúcia Santos)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

{PARECER DO CONSELHO FISCAL}

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos o Parecer do Conselho Fiscal, sobre o Relatório e Contas da Fundação Bissaya Barreto, relativo ao exercício económico de 2014, apresentado pelo Conselho de Administração.

O exercício económico e 2014 *constituiu* um enorme desafio para as entidades que se enquadram no terceiro sector, mas não só, tendo em consideração os crescentes desafios sociais dirigidos a todas as entidades que intervêm neste relevante sector, como é o caso da Fundação Bissaya Barreto.

Não obstante, a Fundação conseguiu responder de forma positiva aos desafios com que foi sendo confrontada ao longo do ano e, mesmo assim, conseguiu obter Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos muito satisfatórios e Resultados Líquidos positivos. Com a concordância do Conselho de Administração, acompanhamos todas as reuniões mensais deste Órgão, conseguindo acompanhar de forma directa e imediata o normal desenvolvimento da actividade desenvolvida pelo Conselho de Administração aos

mais diversos níveis.

No âmbito das atribuições cometidas ao Conselho Fiscal, procedemos ao longo do ano ao acompanhamento da actividade desenvolvida pela Fundação, obtendo para esse efeito a melhor colaboração dos responsáveis dos diversos Estabelecimentos e Serviços e com os desafios que estes foram sendo confrontados ao longo deste exercício, o que nos apraz registar.

Em consequência do acompanhamento desenvolvido, considerarmos estar em condições de sublinhar que o Relatório e Contas agora apresentado pelo Conselho de Administração relativo ao exercício económico de 2014 reflectem de forma rigorosa e apropriada, todos os aspectos relevantes da actividade da Fundação nas suas envolventes económico financeira para servir os objectivos fundacionais.

Nesta conformidade, e tendo igualmente em consideração a posição assumida pelo Revisor Oficial de Contas no acompanhamento que foi efectuando ao longo do ano e da Certificação Legal de Contas agora emitida, o Conselho Fiscal, nos termos do estabelecido no artigo 22º dos Estatutos da Fundação, decide emitir Parecer favorável sobre o Relatório e Contas da Fundação Bissaya Barreto, relativo ao exercício económico de 2014.

O CONSELHO FISCAL

Dr.^a Maria Helena Duarte
Henriques Goulão [Presidente] *



Carlos António Peixoto de
Alarcão Syder [Vogal]



Dr. Viriato Rodrigues Namora
[Vogal]

* Juntou Declaração de Impedimento.

Coimbra, 26 de Março de 2015

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO**, as quais compreendem o Balanço em 31/12/2014, (que evidencia um total de 105.133.838,44 Euros e um total de Fundo de Capital de 102.470.783,99 Euros, incluindo um resultado líquido de 599.689,13 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão utilizadas na sua preparação.;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO em 31/12/2014, o resultado das suas operações e os Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, aplicável às entidades do Sector não Lucrativo.

Coimbra, 26 de Março de 2015



PINTO CASTANHEIRA

SROC, Sociedade Unipessoal, Lda

Representado por António Pinto Castanheira

(Registo SROC n.º 222)

365



BB